

RELUCI

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

Emitente: Controladoria do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica – IPC

Unidade Gestora: UG 305 – IPC – Fundo Previdenciário

Gestor responsável: Cristina Zardo Calvi no período de 01/01/2021 a 30/09/2021 e Sídina Delpupo da Cunha Daniel no período de 01/10/2021 a 31/12/2021.

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1.Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
1.2.Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados ⁷	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.		
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias –		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das		

	parte patronal		• Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.		
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.		
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.		
1.2.6	Registro por competência – receitas de Contribuições		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Regime de Competência	Verificar se o RPPS está registrando por competência (Variação Patrimonial Aumentativa) as receitas de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.		
1.2.7	Registro por competência – multas e juros por atraso no pagamento		• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Regime de Competência	Verificar no RPPS se houve o registro por competência decorrente da receitas/VPA (Variação Patrimonial Aumentativa) com multas e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.		
1.2.8	Medidas de Cobrança-Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber		LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram		

				objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.		
1.2.9	Despesa Administrativa		• Lei 9717/98, art. 6, VIII; • Portaria 403/2008, art. 15. • Lei local	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei		
1.2.10	Disponibilidades financeiras – contas específicas		LC101/2000, art. 43, § 1º	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.		
1.2.11	Disponibilidades financeiras – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações		LC 101/2000, art. 43, § 1º, c/c Lei n 9.717/1998, art. 6º, inciso IV c/c Resolução CMN n 3.922/2010	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional		
1.2.12	Disponibilidades financeiras - vedações		LC 101/2000, art. 43, § 2º	Avaliar se as vedações especificadas no §2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência		
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e		CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar a manutenção do		

	Atuarial		Lei 9717/1998 art. 1º	equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou manter RPPS.		
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º	Avaliar nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial se estão sendo instituídas medidas com vista ao reequilíbrio do regime próprio de previdência		
1.2.15	Escrituração Contábil – Registro das provisões matemáticas previdenciárias		LC 101/2000, art. 69; Lei 4.320/1964, art. 100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art. 17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.		
1.2.19	Conciliação de contas		IN regulamentado ra da remessa de prestação de contas	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro das provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)		
1.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados⁷	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle⁸	Amostra Seleccionada⁹
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação		LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.		
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação		Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.		

1.5. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados⁷	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle⁸	Amostra Seleccionada⁹
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE		IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade como requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.		
2. Itens de abordagem complementar						
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados⁷	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle⁸	Amostra Seleccionada⁹
2.2.10	Execução de programas e projetos		CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentárias anual.		
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais		CRFB/88, art. 167, § 1º	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.		
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas		LC 101/2000, art. 50/Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.		
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades		Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, /c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.		
2.2.30	Despesa – realização de despesas - irregularidades		LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.		

2.2.31	Despesa liquidação		Lei 4.320/1964. Art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.		
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação		Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.		
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade		LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.		
2.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados ⁷	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Seleccionada ⁹
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais		CRFB/88, art. 100/Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.		
2.3.2	Dívida pública – precatórios - pagamento	-	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.		
2.4 limites constitucionais e legais						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados ⁷	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Seleccionada ⁹
2.4.1	Transferências voluntárias - exigências		LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF forma observadas.		
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente		Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada liquidada do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos		

				incisos I e II, do artigo 3º, da resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.		
2.5. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados⁷	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle⁸	Amostra Seleccionada⁹
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.		LC 116/2003, art. 6º/Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.		
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.		
2.5.3	Alíquota de contribuição - Fixação		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária		
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.		
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente		Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as		

				informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.		
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado		Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.		
2.5.11	Compensação Previdenciária		Lei 9796/1999 art. 4º ON MPS-SPS 02/2009, art. 23, III	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receitas de compensação previdenciária.		
2.5.12	Orçamento		Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.		
2.5.13	Orçamento		Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesas fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recurso do tesouro		
2.5.16	Obrigações do MPS	-	Portaria MPS 204/2008, art. 5º, XVI	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP		
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual		Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I E ART. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do		

				equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.		
2.5.19	Cálculo atuarial – data base		Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício		
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei		Art. 40 da CF/88; Lei 9.917/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, § 1º	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.		
2.5.21	Plano de Amortização – estudo de viabilidade		Art. 40 da CF/88; art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal por todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.		
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial		MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.		
2.5.23	Segregação de planos – estabelecimento por lei	-	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil de Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.		
2.5.24	Transferência de recursos entre Fundo Previdenciário para o Financeiro		Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art.	Verificar se houve transferência de recursos entre os fundos, financeiro e previdenciário,		

			21, § 2º.	orçamentário ou de contribuições e até de segurados.		
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas		Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todas os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”		
2.5.26	Censo Atuarial		Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art. 12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.		
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição		Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008, art. 5º	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.		
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta		Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.		
2.5.29	Meta atuarial - definição		Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 5º e 9º	Avaliar se a definição da meta atuarial está adequada frente às projeções macroeconômicas a época da realização do cálculo atuarial.		
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento		Art. 3º, V da Portaria MPS	Avaliar o cumprimento da		

			519/2011	meta atuarial por meio das rentabilidades alcançadas em relação aos investimentos.		
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição		Portaria MPS 519/2011, art 3º-A, alíneas "b" e "c".	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.		
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões		Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c"	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que deliberações foram registradas em atas.		
2.5.33	Comitê de investimentos - Certificados dos membros		Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea "e"	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.		
2.5.34	Política de Investimento		Lei 9.717/98, art. 1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.		
2.5.35	Aplicação de recursos		CF/88, artigo 1464, § 3º. LC 101, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais		
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)		Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, art. 3º-B	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.		
2.5.37	Registro de Admissões		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.		
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.		
2.5.39	Registro de		CF/88, art. 71,	Verificar se as		

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados ⁷	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Seleccionada ⁹
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão		CRFB/88, art.37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.		
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado		CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.		
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.		CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.		

⁷ Podem ser listados em anexos.

⁸ Quando possível, indicar a totalidade de recursos ou processos, ou itens, que compõe o objeto/ponto de controle no período analisado.

⁹ Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, seleccionados para compor a amostra.

Para as análises dos pontos de controle foram verificados, por amostragem, os processos, os quais foram listados abaixo, bem como as legislações e os Sistemas de Gestão da Administração que contém todas as informações do exercício financeiro que corresponde à PCA e cujas amostras se deram pelos relatórios gerados pelos sistemas.

Portanto, não foram demonstrados/indicados o universo do ponto de controle e a amostra seleccionada, tendo em vista a grande quantidade de informações verificadas, principalmente, nos sistemas de gestão e a não obrigatoriedade de indicar a totalidade de recursos, ou processos ou itens que compõem o objeto/ponto de controle no período analisado nem de indicar a quantidade de recursos, ou processos ou itens seleccionados para compor a amostra.

Ressalta-se que as informações contidas nesses sistemas de gestão para as análises do Controle Interno são aquelas enviadas pela Contabilidade do IPC ao TCE-ES.

Isto posto, os pontos de controle selecionados foram analisados por amostragem para todas as UG's dessa Administração.

Durante o exercício de 2021, a SEMCONT procedeu à análise de vários processos, conforme artigo 1º da PORTARIA/SEMCONT/Nº 002, DE 30 DE JULHO DE 2020, a saber:

Artigo 1º da PORTARIA/SEMCONT/Nº 002, DE 30 DE JULHO DE 2020

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Controle e Transparência responsável por analisar os processos de:

- I. Dispensas de Licitação, nos casos de emergência ou de calamidade pública, conforme artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93;
- II. Contratações fundamentadas na Lei nº 13.979/2020 e em Decretos Municipais para combate à Emergência Internacional em Saúde pelo COVID-19;
- II. Aditivos Contratuais;
- III. Prorrogações de contratos de natureza contínua, exceto os aditivos de prorrogações de Contratos de Aluguéis;
- IV. Revisões Contratuais, tais como, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros, exceto as repactuações e os reajustes de contratos de aluguéis.

O total de processos analisados foram:

Análise de Processos 01/01/21 a 31/12/2021		
TIPOS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Aditivo	67	38,73%
Prorrogação	84	48,55%
Reequilíbrio*	0	0,00%
Reajuste*	5	2,89%
Emergencial	17	9,83%
TOTAL	173	100,00%

Para Prestação de Contas, foram analisados os seguintes processos para a UG a que se refere este relatório:

Processo	Objeto
31/2021	Folha de Pagamento 01/2021
90/2021	Folha de Pagamento 02/2021
136/2021	Folha de Pagamento 03/2021
172/2021	Folha de Pagamento 04/2021
211/2021	Folha de Pagamento 05/2021
278/2021	Folha de Pagamento 06/2021
314/2021	Folha de Pagamento 07/2021
356/2021	Folha de Pagamento 08/2021
396/2021	Folha de Pagamento 09/2021
444/2021	Folha de Pagamento 10/2021
489/2021	Folha de Pagamento 11/2021
518/2021	Folha de Pagamento 11/2021
528/2021	Folha de Pagamento 12/2021
536/2021	Folha de Pagamento 12/2021
538/2021	Folha de Pagamento 12/2021
544/2021	Folha de Pagamento 12/2021

OBS^{o1}: Processo **518/2021** e **528/2021** são referentes ao desbloqueio de pagamentos suspensos em novembro/2021.

OBS^{o2}: O processo **538/2021** está vinculado ao **processo 536/2021**: são referentes ao mês 12 mais o 13º

OBS^{o3}: Processo **544/2021** refere-se a desbloqueio de pagamentos suspensos em dezembro/2021

FOI CONSTATADO QUE A EXECUÇÃO DOS 3 (TRÊS) ESTÁGIOS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO) ESTÁ DENTRO DA LEGALIDADE.

1.2. Constatações e proposições

Dos pontos de controle analisados, por amostragem, para a prestação de contas, selecionados para análise por esta Unidade Central de Controle Interno não foram detectadas irregularidades e/ou ilegalidades, motivo pelo qual não foram apresentadas proposições para o gestor responsável.

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Cristina Zardo Calvi no período de 01/01/2021 a 30/09/2021 e Sídina Delpupo da Cunha Daniel no período de 01/10/2021 a 31/12/2021, gestoras do Fundo Financeiro do Instituto de Previdência de Cariacica, relativa ao exercício de 2021.

Ressaltamos que no período de 01/01/2021 a 16/11/2021 o controle interno dessa UG foi executado pela Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SEMCONT, Unidade Central

de Controle Interno do Poder Executivo de Cariacica. No dia 17/11/2021 ocorreu a posse e o efetivo exercício do responsável pelo controle interno do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cariacica. Dessa forma, a partir de 17/11/2021 o controle interno dessa UG passou a ser executado pelo setor interno responsável.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Ressaltamos que, conforme expresso nos próprios modelos sugeridos pela IN 68/2020 (RELOCI, RELUCI, RELACI e Tabela Referencial 1), tratam-se os pontos de controle e objetos passíveis de serem auditados, subtendendo-se, portanto, a não obrigatoriedade da análise de todos.

Cariacica, 14 de março de 2022.

CHRISTIANE
CORDEIRO DOS
SANTOS:09928492760

Assinado digitalmente
por CHRISTIANE
CORDEIRO DOS
SANTOS:09928492760
Data: 2022.03.14
14:29:49 -0300

CHRISTIANE CORDEIRO DOS SANTOS

Controladora do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cariacica - IPC